



Jornal Negócios

13-01-2012

Periodicidade: Diário

Classe: Economia/Negócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 18239

Temática: Energia

Dimensão: 717

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/12

REN pede
ao Governo
para não eliminar
subsídios **Empresas 12**

ENERGIA

REN pede ao Governo para não eliminar subsídios

Empresa prometeu aos trabalhadores actualizar o acordo colectivo quando for privatizada. Para já não há aumentos

MIGUEL PRADO

miguelprado@negocios.pt

A REN – Redes Energéticas Nacionais vai pedir ao Governo para, tal como ocorreu no ano passado, ficar à margem da austeridade imposta aos funcionários do Estado. Segundo o **Negócios** apurou, a empresa irá propor a continuidade do sistema de excepção, mantendo o subsídio de férias e reduzindo em 3% a 6% o subsídio de Natal dos seus trabalhadores. Recorde-se que os funcionários públicos serão sujeitos em 2012 ao corte total do 13º e do 14º meses.

O representante da estrutura sindical Fiequimetal para a área da energia, Franco Antunes, disse ao **Negócios** que para os trabalhadores “a situação é bastante mais gravosa do que foi no ano anterior”, porque sujeita os colaboradores da REN a acumularem dois anos de congelamentos salariais e de reduções nos subsídios de Natal.

Se o pedido da REN ao Governo for acolhido, os seus trabalhadores conseguirão uma situação melhor do que a imposta à Função Pública. No entanto, permanecem em “desvantagem” se comparados com os colaboradores da EDP, com quem partilham um acordo colectivo de trabalho (ACT). Só que esse mesmo ACT, no ano passado, apenas levou a aumentos salariais na EDP, porque a REN não aprovou actualizações.

Manuel Pronto dos Santos, do Sindicato Nacional da Indústria e Energia (Sindel), sublinha que “existe um prejuízo óbvio dos trabalhadores” da REN ao não poderem beneficiar das condições conseguidas na EDP. O Sindel propôs para 2012 uma actualização salarial de 3,5%, tendo a EDP oferecido um

aumento de 0,8%.

Contudo, a privatização da REN alimenta alguma esperança entre os trabalhadores, que já tiveram da empresa a indicação de que o ACT voltará a ser actualizado logo que a REN seja privatizada. Não foi possível obter qualquer comentário por parte da empresa.

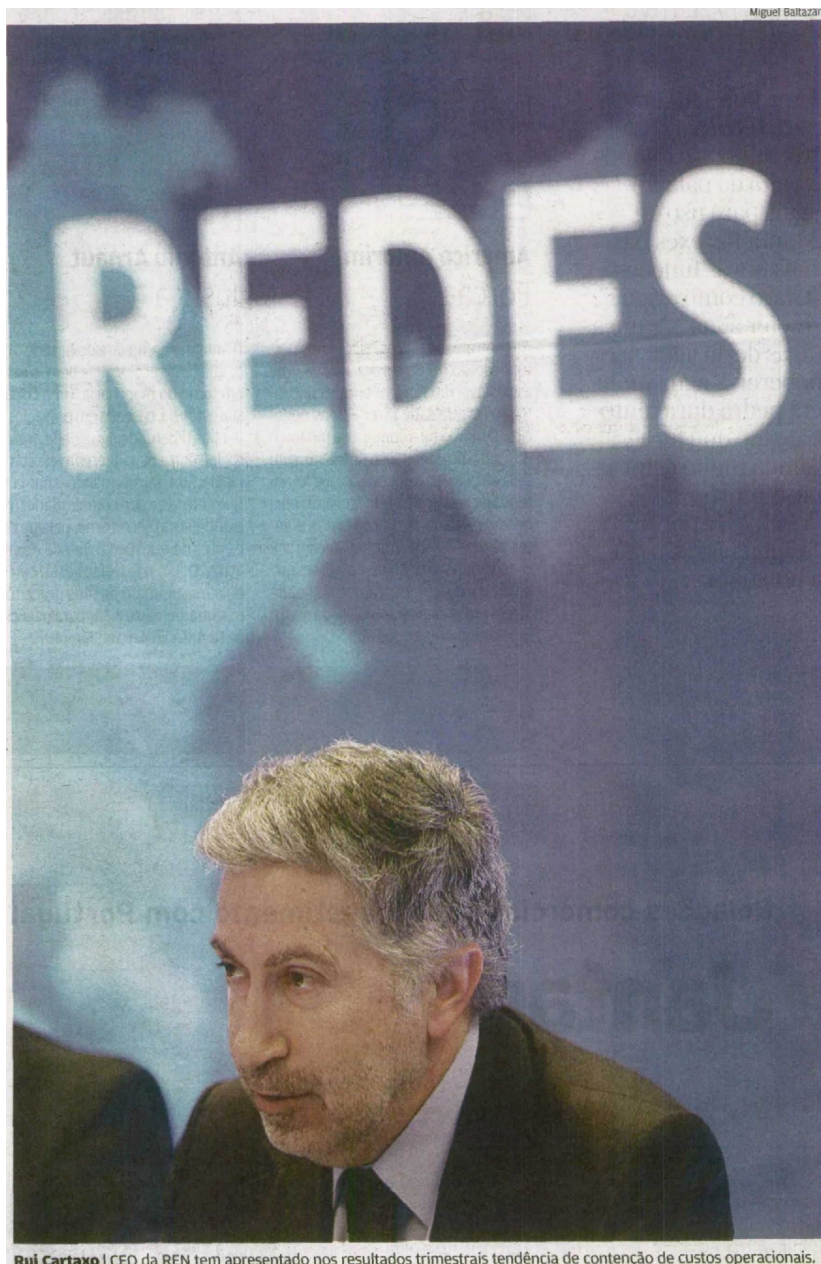
António Pereira, da comissão de trabalhadores da REN, explicou ao **Negócios** que neste momento “o sentido dos trabalhadores da empresa é de que quanto mais depressa acabar este processo melhor”, dada a instabilidade que as incertezas da privatização trazem. “Estamos sempre a pensar que eventualmente a situação pode melhorar”.

“Nós temos a palavra da REN, que diz que mal esta situação [controlo público] se inverte, retoma o ACT”, disse Manuel Pronto dos Santos, do Sindel, ao **Negócios**.

A negociação para reverter o ACT da EDP e REN arrancou quarta-feira. Um comunicado do Sindel diz que “a REN esteve presente na negociação e, ao contrário do que aconteceu o ano passado, em que abandonou o processo a meio, quando hoje [dia 11] questionada pelo Sindel, afirmou que acompanharia o processo até ao fim mas que não poderia assumir qualquer compromisso enquanto estivesse sob a alçada do Orçamento do Estado”.

Franco Antunes, da Fiequimetal, considera que “a privatização da REN em si mesma não é uma resolução dos problemas para os trabalhadores”.

O sindicalista admite que “gostaria muito” que a privatização se traduzisse na recuperação de subsídios na REN, mas lembra que “não há qualquer garantia” de que assim seja.



Rui Cartaxo | CEO da REN tem apresentado nos resultados trimestrais tendência de contenção de custos operacionais.

IDEIAS-CHAVE

OS PRÓXIMOS PASSOS NA PRIVATIZAÇÃO DA REN

1 RECEPÇÃO DE OFERTAS VINCULATIVAS

O prazo para apresentação de ofertas de ofertas vinculativas pela REN termina na próxima sexta-feira, dia 20. Há três grupos qualificados para o fazer, mas só dois permanecem interessados. O Governo deverá receber ofertas da China State Grid e da Oman Oil Company.

2 VENDA DE ATÉ 40%

Nesta fase o Governo irá vender até 40% da REN e manterá ainda 11,1%. A fatia a alienar agora será vendida em dois blocos, já que o caderno de encargos não permite a nenhum candidato ficar com mais de 25%. O cenário mais provável é a State Grid ficar com 25% e a Oman Oil com uma posição até 15%.

3 VENDA DE MAIS 11,1%

O Executivo decidiu deixar uma fatia de 11,1% da REN para vender mais tarde, quando as condições dos mercados forem mais favoráveis. Deverá fazê-lo vendendo a instituições financeiras que revendam as ações no mercado ou recorrendo a uma oferta pública de venda para o público em geral. Não há prazos.